

### 3. Estudos sobre Profissão e Socialização Profissional

O foco deste estudo é o tema da socialização profissional de professores de História. Pretendemos estudar a socialização profissional de professores de História, em dois períodos recentes da história brasileira, no intuito de levantar questões que evidenciem transformações e permanências da situação do trabalho desses professores. Admitindo a complexidade da discussão a respeito das profissões, este trabalho apresentará aspectos relevantes para a compreensão mais acurada do que seja socialização profissional. Claude Dubar (1997) e Raymond Bourdoncle (1991, 1993) contribuem para compreensão do movimento histórico de reflexão sobre as profissões. Trabalharemos, também, com estudos que focalizem o trabalho docente, suas especificidades e questões, passando a seguir a apresentar pesquisas que analisam a questão da socialização profissional de professores.

#### 3.1. Profissão: aspectos históricos e terminologia

O sentido de profissão, historicamente, remete às corporações de ofício da tradição europeia ocidental. Sobretudo a partir do século XII, nos quadros da cidade medieval, afirma-se a *omnipotência do grupo*<sup>1</sup>, isto é, a existência de complexos grupos de natureza bem diversa. Heers destaca as comunidades familiares (propriedade comunitária), as confrarias e as associações de mesteres. (Heers, 1986) Nesta sociedade, a vizinhança desempenha funções essenciais, como fomentar a identidade, legitimar uma união matrimonial, realizar festas e apoio mútuo. As preocupações profissionais só raramente estiveram na origem destas associações. (Rossiaud, s/d) Com frequência, a confraria religiosa e os laços de

---

<sup>1</sup> Termo utilizado por Heers, 1986. Idéia presente também em Rossiaud: o urbanismo medieval exprimia e facilitava a vida no bairro

vizinhança anunciavam e precediam a corporação de mester. A transformação de confraria em corporação de ofício é difícil de compreender. Muitas vezes, associações nascidas dos laços de vizinhança escapavam da influência dos mestres e conservavam seu caráter inicial.

A corporação é criada para exercer monopólio do ofício. Le Goff diz que o “enquadramento corporativo está cada vez mais destinado a desempenhar a função de cartel. Ele limita (...) as possibilidades de fraude (...), de expansão” (Le Goff, 1992, p.100). O medievalista francês também é resgatado por Dubar ao analisar a história do que hoje se configura como profissão. Le Goff mostra este tipo de organização corporativa, constituída sob a forma de “ofícios juramentados”, onde se “professava uma arte” (Le Goff apud Dubar, 1997, p.124).

Eram bastante variadas as modalidades de organizações deste tipo, que visavam defender seu monopólio e seus privilégios: desde artistas e artesãos, intelectuais e trabalhadores braçais compunham corporações de ofício. O juramento englobava compromissos como observar as regras, guardar os segredos e prestar honra e respeito aos jurados, controladores eleitos e reconhecidos pelo Poder Real. Dubar observa aí uma ligação direta entre artes mecânicas e as “atividades do espírito”, que só se dissociariam com a expansão das universidades.

Após a consolidação das universidades, segundo Dubar, as “profissões” seriam as atividades do espírito que se ensinariam ali e os “ofícios” se derivariam das artes mecânicas. (Dubar, 1997) A partir dos tempos modernos, o prestígio das profissões estaria relacionado, segundo Bourdoncle, à forte legitimidade social atribuída às práticas apoiadas em bases racionais.<sup>2</sup>

Em países com forte tradição liberal identifica-se maior fascínio pelas profissões. Dubar lembra que o termo profissão em francês corresponde a dois termos ingleses diferentes: *occupations* (empregos) e *professions* (liberais). Bourdoncle nos informa que, na Inglaterra, a partir

---

<sup>2</sup> Bourdoncle cita o exemplo da medicina: no contexto das descobertas do século XIX, seguidas de progressos terapêuticos, ocorre grande reconhecimento social da atividade. Em seguida, passa-se ao exercício liberal da profissão e à relação entre prestígio profissional e dinheiro.

do século XVIII, a expansão das atividades profissionais, se constitui independentemente do Estado, abrindo espaço para a consolidação das profissões liberais. O contrário ocorre na França, onde o papel do Estado é central, por exemplo, na criação das grandes escolas e na formação de “profissionais” de alto nível. (Bourdoncle, 1993, p.95)

As confusões a respeito do termo e de sua origem não param nas diferenças geo-históricas. Guy Jobert, trabalhado por Bourdoncle, sinaliza que o sucesso do termo profissão deu origem a neologismos ignorados pelos dicionários, com sentidos fluidos, cambiantes. Bourdoncle explora três sentidos relativos à profissionalização: profissionalidade, profissionalismo e profissionalismo.

O termo profissionalidade está relacionado com o processo de aprimoramento das capacidades e racionalização dos saberes. Refere-se à natureza mais ou menos elevada e racionalizada dos saberes e capacidades utilizadas no exercício profissional (desenvolvimento profissional), e interessa aos formadores e às associações de especialistas.<sup>3</sup>

Profissionalismo, Bourdoncle qualifica como estratégia e retórica de um grupo profissional para reivindicar elevação na escala de atividades. Militantes e ativistas da profissão se apóiam em estratégias e numa retórica comum, em busca de reconhecimento do serviço, de sua autonomia, controle e monopólio do exercício. Bourdoncle utiliza “*professionnisme*” no sentido de definição de estratégias coletivas de transformação da atividade em profissão.

A adesão às normas estabelecidas coletivamente, resultantes do processo de transformação da atividade em profissão, Bourdoncle chama de socialização profissional: expressão utilizada para sublinhar a aceitação dos valores e das normas (profissionalismo).

Estas são algumas contribuições para melhor pensar os enraizamentos históricos e a complexidade terminológica do conceito de

---

<sup>3</sup> Sendo palavras com sentidos instáveis, a discussão não se esgota nos apontamentos de Bourdoncle neste artigo. No número 19 da revista *Recherche et Formation*, Bourdoncle e Mathey-Pierre coordenam a seção “*Autour des mots*”, dedicada a analisar, neste número, o termo *profissionalidade*. Os autores citados na seção divergem muito na atribuição de sentido a esta palavra. Porém algumas pistas podem ser identificadas a partir da tentativa de localizar a palavra historicamente e definir sentidos distintos atribuídos em função das realidades sociais específicas.

*profissão*. Bourdoncle e Dubar são autores centrais para este trabalho, pois além de trazerem questões sobre história e terminologia, também situam a questão das profissões no campo sociológico.

### **3.2. Profissão como objeto de estudo sociológico**

Bourdoncle distingue três domínios da literatura produzida sobre profissões na Inglaterra e nos EUA: 1) sociologia do trabalho que estuda a natureza do trabalho, as rotinas, as relações e as responsabilidades atribuídas a cada trabalho, 2) sociologia das ocupações que analisa as hierarquias dos empregos, os tipos de carreira, as associações profissionais e sua cultura específica, conhecimentos, crenças e valores próprios e 3) sociologia das profissões – profissões estudadas da mesma forma que as ocupações, porém o grande número de trabalhos nesta área contribuiu para transformá-la em um campo de estudos específico. (Bourdoncle, 1991, p.77)

O aparecimento da sociologia das profissões nos EUA é derivado das estratégias de profissionalização de um grupo de sociólogos, à época da crise de 1929, desafiados pelo governo americano em contribuir para formulação de políticas e entender a evolução daquela sociedade. Dubar afirma que, neste contexto, cresce o interesse da sociologia pelas atividades profissionais, “modelos de todas profissões”, em detrimento das investigações sobre as classes populares e sindicatos. Os trabalhos nesse momento se direcionavam para a definição de um modelo de profissional, destacando-se a obra de Carr-Saunders e Wilson. Em 1933, o estudo *The professions* traz uma definição clássica de profissão, segundo a qual diz-se que uma profissão “emerge quando um número definido de pessoas começa a praticar uma técnica definida, baseada numa formação especializada”. Este estudo analisa, também, a evolução do trabalho, listando características próprias à profissionalização dos “empregos”: especialização dos serviços, criação de associações profissionais, definindo leigos e especialistas e controlando regras de conduta e a formação assentada num “corpo sistemático de teoria”,

possibilitando a aquisição de uma cultura profissional. (Dubar, 1997, p.128)

Bledstein, citado por Bourdoncle, lembra que a sociedade americana forjou seus valores em cima das idéias de recusa de toda forma de privilégio hereditário e da possibilidade individual de aquisição de riqueza e reconhecimento social. A inculcação da cultura do profissionalismo neste país está relacionada com a própria definição de sua identidade nacional, enquanto “terra de oportunidades”, enquanto lugar de luta contra toda autoridade arbitrária.<sup>4</sup> Assim, o modelo de homem americano construído está intimamente ligado à questão profissional e Bledstein confere às profissões nos EUA um alcance quase mítico. (Bledstein apud Bourdoncle, 1993, p.84)

As profissões, neste sentido, constituem “um progresso da expertise a serviço da democracia”. Dubar explicita esta associação, enfatizando a longa tradição da sociologia das profissões nos EUA. O autor recupera novamente Carr-Saunders que diz: “a profissão representa a fusão da eficácia econômica e da legitimidade cultural”. É possível identificar, nos trabalhos americanos sobre profissões, esta marca da positividade. Dubar sugere pensar a teoria funcionalista das profissões no intuito de compreender melhor a aceção de Carr-Saunders. (Dubar, p. 129)

Há também outras tendências críticas à “mitificação” das profissões muito bem sintetizada por Bourdoncle. É o caso dos ataques da opinião pública dirigidos aos “experts”: reformas urbanísticas que não promovem coesão social, a pobreza que aumenta apesar dos trabalhos dos economistas, o desperdício de recursos naturais pelas indústrias pesadas. Bourdoncle menciona Schön (apud Bourdoncle, 1993) e sua crítica às teorias que propunham soluções para vida urbana, qualificando-

---

4 Alguns aspectos históricos dos EUA nos informam sobre a cultura do profissionalismo norte-americano. Desde seu nascimento, à época da revolução que inaugurou uma nação independente politicamente, os Estados Unidos buscam construir sua identidade nacional. O momento de grande contingente de imigrantes, não aleatoriamente, coincidiu com o movimento de frenético crescimento urbano. A América representava a terra das oportunidades através de imagens atraentes criadas pelas Cias de Navegação a respeito dos EUA, migrantes eram empurrados de sua terra natal e atraídos para determinado destino. Neste momento, forma-se uma idéia de nacionalidade norte-americana associada ao “trabalho duro” como possibilidade de ascensão social. Ver: BRADBURY, M. e TEMPERLEY, H. (orgs) Introdução aos estudos americanos. Trad. de Elcio Cerqueira. Rio de Janeiro, Forense-Universitária (cap.6 e 9).

as de insuficientes e “orgulhosas”. Ivan Illich (apud Boudoncle, 1993) ataca o autoritarismo profissional, dizendo que as próprias profissões definem seus clientes, num processo de fabricação de necessidades. Illich duvida da exclusividade do profissional como detentor do saber legítimo.

### **3.3. Teoria funcionalista das profissões**

Um importante representante dessa perspectiva é Talcott Parsons, que buscou elaborar uma teoria geral da socialização. Nessa visão, os processos entre a formação e a prática seriam relativamente contínuos, na medida em que se entende a socialização como um processo de incorporação de papéis sociais. A concepção de Parsons do sistema social é inteiramente funcional. O sistema social se constrói em função de quatro propósitos: função de estabilidade normativa, função de integração, função de “persecução dos objetivos” e função de adaptação. O que assegura a interiorização dos quatro propósitos funcionais articulados é precisamente o processo de socialização. O primeiro momento da socialização – a identificação primária – é atribuído à mãe, ao pai e a familiares mais próximos que vão introduzir a criança a uma inicial aprendizagem das normas de ação humana. A seguir, quando a criança experimenta sua primeira inserção no mundo social mais amplo, principalmente através das experiências escolares, ocorre uma interiorização de novos papéis sociais, isto é, além de filho (a), será aluno(a), colega. Depois viria o momento da juventude, que marca profundamente a socialização do indivíduo, já que entraria em novos campos de interação, como casamento ou profissão, e teria que aprender novos papéis novamente, agora relacionados ao reconhecimento social da sua maturidade. De certa forma, este estágio corresponderia à função de adaptação do indivíduo ao meio social, ou melhor, a constituição de “uma capacidade de se adaptar a um novo universo institucional adaptando as regras às motivações, a partir daqui conscientes e reconhecidas como legítimas”. Essa adaptação seria construída a partir das socializações anteriores. “A superação da crise da adolescência e a

adaptação social à idade adulta dependem do sucesso daquela reconstrução”. (Dubar, p.54) Para Parsons, então, “socializar um indivíduo é torná-lo semelhante aos outros membros do grupo e particularmente dos seus pais”. (Parsons apud Dubar, 1997).

Parsons, em 1955, baseando-se na relação médico-paciente, traça um modelo da relação entre profissional e cliente. Pensando nas dimensões sociais da profissão, o modelo construído por Parsons articula três atitudes básicas. A primeira diz respeito a uma dupla competência de aquisição de um saber teórico – sancionado pela formação – mesclada a um apoio na prática. A segunda atitude do profissional está relacionada a uma dupla capacidade de apoiar-se na especialidade técnica cerceadora da autoridade do profissional articulada ao poder social de prescrição e diagnóstico. A terceira atitude se baseia em dosar neutralidade afetiva e empatia, demonstrando um interesse desapegado. (Parsons apud Dubar, 1997, pp.120-130).

As funções “profissionais” institucionalizadas, em Parsons, pressupõem um equilíbrio entre a necessidade que tem o cliente do profissional e a necessidade que tem o profissional de ter clientes, configurando o modelo de profissões liberais. Dubar cita M. Maurice, autor de um trabalho comparativo das características das profissões em oito grandes autores da sociologia das profissões (Flexner, Greenwood, Cogan, Carr-Saunders, Barber, Wilensky, Moore e Parsons), que constata haver consenso apenas em um critério estabelecido para as profissões: a especialização do saber. Em seguida aparecem a formação intelectual e o ideal de serviço (seis entre estes oito).

Chapoulie discute esta questão, dizendo que a análise parsoniana estuda o profissional em si, sem articulação com a estrutura social mais ampla. Chapoulie afirma que há acordo sobre o “tipo ideal de profissão”, sustentado por dois aspectos fundamentais: competência técnica cientificamente fundamentada e aceitação de um código ético regulador do exercício da profissão. Chapoulie introduz a dimensão social na formação profissional, enfatizando a especificidade dos grupos sociais organizados e reconhecidos a partir de uma formação longa adquirida,

ocupando posição elevada na estrutura social. (Chapoulie apud Bourdoncle)

Em suma, as teorias funcionalistas baseiam-se em “uma dupla afirmação: por um lado, as profissões formam comunidades reunidas à volta dos mesmos valores e da mesma ‘ética de serviço’; por outro, o seu estatuto profissional é validado por um saber ‘científico’ e não apenas prático” (Dubar, p.131) Parsons tem sua importância na abertura desta perspectiva de análise. Em teoria generalizante, este autor propõe articular teoria e prática, técnica e social, desapego e interesse.

As críticas dirigidas a Parsons abrem novas perspectivas de análise da socialização. Merton seria um representante dessa crítica, segundo Dubar. A questão essencial de Merton dizia respeito aos motivos que levam alguns indivíduos a se identificarem e se referirem a grupos sociais diferentes do seu grupo de origem. Merton defende um funcionalismo que descarte teorias gerais e tenha por base estudos empíricos. Elabora a noção de socialização antecipatória: é o processo pelo qual um indivíduo interioriza e se referencia nos valores de um grupo ao qual deseja pertencer. O autor diz que a maior parte dos indivíduos tende a se identificar com um grupo de referência mais prestigiado e não exatamente ao seu grupo de origem. “A socialização antecipatória só é funcional numa estrutura social que promove a mobilidade”. (Merton apud Dubar, p.60)

Bourdoncle sistematiza algumas críticas direcionadas aos funcionalistas. Becker questiona a teorização dos funcionalistas, dizendo que estes trabalharam com construções de tipos ideais de modelos aproximados do modelo das profissões liberais. Johnson observa que os sociólogos utilizaram traços e textos dos profissionais estudados e assim definiram um modelo que eles próprios criaram. Routh acrescenta que a construção do modelo de profissional se desenvolveu a partir das atividades estabilizadas e contribui para justificar posição dominante e salário. (Bourdoncle, 1993, p.88)

A ausência de estudos empíricos é ponto de crítica do funcionalismo. A abordagem do interacionismo simbólico vem trazer outras questões para o problema das profissões.



### 3.4. O interacionismo simbólico

O interacionismo simbólico também se dedicou a pensar a socialização profissional, porém buscou compreender o período da socialização profissional como um período de descontinuidades, rompendo com a tradição funcionalista. O foco foi jogado sobre o aspecto relacional e o elemento conflitivo da relação de aprendizagem, evidenciando uma hierarquização de funções e uma divisão moral do trabalho.

Os interacionistas simbólicos, segundo Bourdoncle, relativizam o altruísmo (central para o funcionalismo) e enfatizam a necessidade dos profissionais de serem reconhecidos socialmente e pelos seus pares. Três noções são essenciais, a partir de Hughes: o diploma (licence), o mandato (mandate) e a divisão moral do trabalho. O diploma seria uma autorização legal para exercer uma atividade (permanente) e o mandato se constitui como uma obrigação legal de assegurar uma função específica (temporário). A divisão moral do trabalho opera uma hierarquização das funções e uma separação entre funções essenciais (sagradas) e secundárias (profanas). Os profissionais, munidos de diploma e mandato, possuiriam um saber inconfessável – no centro da profissionalidade encontra-se um pacto entre profissional e cliente, um tabu, um conhecimento embaraçoso – e se apoiariam em instituições protetoras dos mandatos de seus membros.

Hughes traz contribuições importantes para se pensar a socialização profissional, pois está chamando a atenção para a definição de profissão enquanto carreira e forma de socialização. Para ele, o grupo profissional, ao definir que serviços prestar – e de que forma – e fundar um “savoir coupable”, busca um mandato “necessariamente, acompanhado por um desenvolvimento de uma ‘filosofia’, de uma visão de mundo, que inclui os pensamentos, valores e significações envolvidos no trabalho”. (Hughes apud Dubar, p.134)

Os interacionistas simbólicos empreenderam diversos estudos empíricos, colocando em questão o pressuposto parsoniano de existência

de comunidades “profissionais” integradas e reguladas. Dubar elenca alguns autores: Friedson, Hall, Solomon, Lortie. Estes trabalhos analisam a hierarquização e a discriminação internas ao grupo profissional focalizado que “reserva o essencial do mandato e do segredo apenas aos profissionais dotados de características conformes ao estereótipo dominante”. (Dubar, 1997, p.135)

### 3.5. Introdução da problemática do poder na análise das profissões

Na década de 70, através das análises de estudiosos marxistas e neweberianos, introduz-se claramente a questão do poder na definição de “verdadeiras” profissões. Como as interacionistas, as reflexões de cunho marxista ou sob inspiração weberiana admitem que uma profissão se faz a partir do reconhecimento social conferido pela sociedade. No entanto, neste momento, marxistas e weberianos acrescentam que este reconhecimento social vem acompanhado por processo político e econômico de controle do mercado e das condições de trabalho mais amplas. Para Johnson, citado por Bourdoncle, a profissionalização não é resultado da especialização do saber, nem da moral de uma atividade, mas de um processo político de reforço do controle da profissão.

Entre os weberianos, sobressaem as noções de *grupo de status* e de *monopólio legal da licença* (Parkin, 1979, Collins, 1990). Os marxistas direcionam suas críticas à ausência de trabalhos que focalizem a natureza de classe dentro das profissões (Braverman, Carchedi, Esland). Alguns vêem os profissionais como nova classe dominante (Gouldner, Bell, Galbraith). Destaca-se o trabalho de Magali Larsons, que estudou a evolução das profissões nos quadros da evolução do capitalismo monopolista.<sup>5</sup>

Outra vertente de análise foi o estudo do currículo como estratégia seleção e legitimação de saberes necessários à reprodução do conhecimento profissional, englobando questões de cultura e poder nas investigações. Essa foi a preocupação da “Nova Sociologia da Educação”

que, no entanto, segundo Atkinson e Delamont (1985) não conseguiu formular uma análise satisfatória da organização do conhecimento profissional.

### **3.6. O professor: sua “profissão” e sua socialização profissional**

Nesta seção, procurarei elencar as principais idéias em torno da problemática de se considerar o magistério como profissão e as principais referências para o estudo da socialização profissional de professores. Uma série de estudos tem sido produzida no intuito de contribuir para o aprofundamento dessas questões nas últimas décadas, lançando olhares sobre temáticas as mais variadas, entre as quais as análises sobre a proletarianização e a profissionalização, sobre o desenvolvimento profissional, a socialização profissional e identidade profissional aplicadas ao âmbito específico do trabalho docente.

Diversas pesquisas produzidas na PUC - Rio nos últimos anos reúnem bibliografia adequada ao tratamento das questões apontadas acima (Lüdke, 1983, Lüdke e Mediano, 1992-1996, Lüdke, 1996; Gemaque, 1995; Moreno, 1996; Schaffel, 1999; Freitas, 2000; Boing, 2000). No esforço de localizar o problema de se considerar o professor como um profissional a partir da literatura sociológica, estas pesquisas, com ênfases diferenciadas em relação a cada tema que toca esse problema e baseadas em extensa literatura estrangeira, buscaram lançar olhares sobre a realidade da profissão docente no Brasil, constituindo importante referência para o presente estudo.

Três tendências de análise podem ser observadas em relação à ocupação docente a partir das teorias sociológicas:

- O magistério não é uma profissão, no máximo considerado como semiprofissão.
- O magistério é uma ocupação em vias de proletarianização.
- O magistério se localiza na tensão entre a proletarianização e a profissionalização, mais inclinado na direção da profissionalização.

---

<sup>5</sup> Merece atenção também a discussão travada em torno da tese da proletarianização. Ver Oppenheimer (1973), Braverman (1974), Larson (1977 e 1978), McKinley (1982), Derber (1982),

A tendência de se considerar o magistério como semiprofissão tem raiz nas concepções funcionalistas-estruturalistas de profissão, baseadas na definição de “traços ideais” de todas as profissões. Toma-se como modelo as profissões liberais, “modelos de todas as profissões”, o que torna problemática a utilização desse referencial para se pensar o trabalho docente. Alguns pressupostos da perspectiva funcionalista-estruturalista não se aplicam facilmente à realidade do professor, como por exemplo, competência técnica cientificamente fundamentada e aceitação de um código ético regulador do exercício da profissão. Lembrando o que diz Dubar, as teorias funcionalistas baseiam-se em “uma dupla afirmação: por um lado, as profissões formam comunidades reunidas à volta dos mesmos valores e da mesma ‘ética de serviço’; por outro, o seu estatuto profissional é validado por um saber ‘científico’ e não apenas prático”. (1997, p.131).

Diversos autores relativizam esses pressupostos para o caso dos professores (Lüdke, 1983; Enguita, 1991; Bourdoncle, 1991, 1993; Cabrera e Jáen, 1991). Entre os aspectos que correm contra o enquadramento da profissão de professor no modelo das profissões liberais, estão a dificuldade de visualizar um modelo de competência técnica do professor, a forte heterogeneidade da categoria – e as intensas disparidades salariais entre os professores de níveis de ensino diferentes -, a falta de autonomia no exercício do trabalho, sempre mediado por determinações externas, o precário reconhecimento social, o ideal de serviço pouco visível (bastante fragmentado), a fragilidade dos mecanismos de socialização profissional e a falta de auto-regulação da categoria (os professores geralmente controlam muito pouco a sua formação, têm fraco controle sobre as condições de acesso de novos membros e dispõem de poucos mecanismos de resolução de conflitos internos).

De qualquer maneira, as perspectivas funcionalistas-estruturalistas apresentam-se insuficientes para a compreensão da diversidade de profissões existentes e suas multifacetadas características, especialmente

---

Legault (1988) e Murphy (1990) apud Bourdoncle, 1993, pp.92-94

quando se trata do magistério. Há críticas bastante incisivas sobre o caráter ahistórico, determinista e evolucionista desse enfoque. Cabrera e Jáen afirmam que

“(...) mais que uma teoria do ‘ser’ do professorado e do ensino, a perspectiva estrutural-funcionalista é uma teoria ‘normativa’, do ‘dever ser’, abstrata e de caráter ahistórico (...) as noções de ‘profissão’ e ‘profissionalismo’ no ensino, entendidas dessa maneira, podem ser só uma ideologia compartilhada pelo professorado (com diversas e complexas relações com o Estado, por exemplo), com efeitos contraditórios para compreender sua própria situação e intervir no sistema educacional ou talvez, uma cobertura para preservar o campo da educação da ‘intromissão’ do grande público” (1991, pp.193)

Contreras nos lembra que os termos profissionalismo e autonomia têm sido evocados em forma de *slogan*, que os esvazia de sentido, produzindo terreno para criação de consenso e identificação, sem evidenciação de pontos de vista e concepções a esse respeito. Portanto, o autor sugere a incitação do debate sobre profissionalismo e começa a lançar algumas bases para isso. É fundamental confrontar o discurso estatal e as formas como se realizam as propostas, num primeiro momento. Contreras identifica uma “aparente autonomia” na ideologia do profissionalismo veiculada pelo Estado. Ou seja, o processo de racionalização do trabalho ultrapassa os limites da empresa e invade os do Estado e, como consequência, reúnem-se visões a respeito do que seria uma “eficácia” do ensino, baseada na sua tecnologização, na redução do trabalho do professor como aplicador de programas e pacotes curriculares, na burocratização que enfatiza a rotina, intensifica o trabalho docente e o isola. Isso configura uma degradação do trabalho, pois professores ficam privados de suas capacidades intelectuais e da possibilidade de tomar decisões pensadas e discutidas coletivamente. É a chamada “proletarização” do professor, pensada como uma perda de autonomia em amplo sentido para Contreras: perda do sentido ético e do controle do trabalho pelo professor e a separação entre as tarefas de concepção e execução. (Contreras, 2002)

A tendência de análise pelo prisma da proletarização tem como idéia central a separação das atividades de planejamento e execução do trabalho, no caso dos professores, impulsionada pela implantação de um

modelo tecnocrático no ensino. Marta Jáen coloca a dificuldade de se considerar o professor como proletário em dois sentidos. O primeiro consiste na própria especialização introduzida no ensino que inaugurou novos campos de conhecimento, de “qualificação” de aspectos do trabalho docente que antes não eram consideradas habilidades sujeitas a um processo de formação. A autora cita o exemplo da Orientação Educacional, anteriormente não encarada como habilidade específica, que veio se constituir como tarefa especializada de orientação e atenção individual ao aluno. A especialização para o caso do magistério, bastante submetido a autoridades burocráticas, não tem o mesmo sentido da especialização das atividades industriais. Sobre essa questão, Jáen cita Derber:

“Os profissionais estão involucrados em complexas divisões do trabalho que lhes exigem coordenar seu trabalho ainda mais estreitamente com outras categorias de trabalhadores, mas existem poucas evidências de sua desqualificação ou de uma erosão de sua base de conhecimentos. Freidson enfatiza a necessidade de distinguir entre a crescente especialização, que está vinculada a uma divisão do trabalho mais avançada, e a rotinização ou desqualificação, que guarda uma relação nada simples com uma interdependência crescente. Os profissionais burocratizados tendem a estar mais especializados, mas sua especialização amiúde implica num aprofundamento de sua perícia e seu conhecimento técnico, em contraste com a especialização das tarefas industriais, descritas por Marx e Braverman, que implica a desqualificação e proletarização técnica avançada”. (Derber apud Jáen, 1991, p.81)

Outro fator de dificuldade para se considerar a plena proletarização do professor está relacionado à tecnologia aplicada à educação. Jáen diz que a informatização aparece em caráter complementar às outras atividades exercidas pelos docentes. O ensino é uma relação entre seres humanos, exigindo-se determinada dose de autonomia para adequar métodos, materiais, conteúdos a cada realidade encontrada. Fica evidente a intervenção ativa do professorado em tarefas de concepção.

O ensino como profissão apresenta uma ambigüidade e para Jáen, como uma “faca de dois gumes”. Essa idéia pode se tornar uma arma de defesa dos professores contra as tentativas estatais de interferir no seu trabalho, mas de maneira semelhante, pode também limitar a participação social das questões educacionais. A autora aplica a metáfora da faca de dois gumes também para os próprios interesses dos professores, pois se

assumem o discurso racionalizador, podem se tornar alvos de uma limitação ideológica e “técnica”, em última instância, acomodados na situação de encontro entre o profissionalismo e a proletarização.

A perspectiva atual de análise do problema das profissões aponta para o esforço de análise dos aspectos intrínsecos a cada profissão articulada ao momento histórico específico, trabalhando-se situações sociais concretas e situadas. Profissão e profissionalização são objetos de estudo, portanto em permanente reelaboração, em função de realidades sociais e históricas em transformação e, conseqüentemente, de mudanças no mundo do trabalho e nas práticas culturais das sociedades estudadas. Outro aspecto que chama a atenção, além da determinação temporal dos temas, é o seu enraizamento espacial, isto é, é necessário pensar profissão e profissionalização em cada contexto geo-histórico. Dubar e Bourdoncle já atentaram para o cuidado em pensar realidades específicas com noções construídas fora do contexto focalizado. Portanto, o conceito de profissão não paira sobre o mundo social, é historicamente forjado e está em constante dinamismo. Por isto, Kremer-Haynon escreve que

“les conceptualisations monolithiques et statiques des professions paraissent quelque peu anachroniques dans une ère postindustrielle et dans une société du savoir. (...) Ces nouvelles conceptions reconnaissent que les activités traversent un processus dynamique de professionnalisation dans lequel les dilemmes, les doutes, le manque de stabilité et la divergence deviennent partie intégrante d'une profession...” (Recherche et formation, n.17, 1994, p.146)

Antônio Nóvoa é um pesquisador que procura compreender a evolução específica da profissão docente numa perspectiva sócio-histórica. Um primeiro aspecto evocado pelo pesquisador português é a própria idéia de que a transmissão da cultura e a integração de grupos sociais operadas pela educação escolar, ao longo da história dos homens, é relativamente recente. Nos tempos modernos, a preocupação educativa vai ganhando contornos “escolares”, as “formas escolares” conquistam espaço em detrimento de outras formas de aprendizagem. Pouco a pouco, “a aprendizagem de condutas e de saberes passou da família e das comunidades à escola”. (1991, p.113)

O período de auge da Idade Moderna, momento da emergência do Estado-Nação procurando dissociar-se da influência da Igreja nas questões econômicas e na formação das populações, é marcado pelo processo de *estatização da escola*. Para Nóvoa, surge a questão: “a quem pertence o direito e a responsabilidade de educar as crianças e os adolescentes?”. No bojo do estabelecimento de um sistema escolar estatizado, cresce em importância a presença de um profissional específico para operacionalizar os objetivos estatais sobre as variadas influências familiares e sociais. Nóvoa observa que o processo de profissionalização e de funcionarização são quase sinônimos. Nóvoa ainda acrescenta:

“Dizer que os docentes são funcionários é uma afirmação que não é contestada por ninguém. Entretanto, ela é insuficiente se não se acrescenta que eles são funcionários de um tipo particular. Com efeito, a profissão docente é muito ligada às *finalidades* e aos *objetivos*; ela é fortemente carregada de uma *intencionalidade política*. Os docentes são portadores de *mensagens* e se alinham em torno de *ideais nacionais*”. (1991, p.122)

Nóvoa faz alusão a uma característica ambígua da profissão. A docência pode ser vista sob uma dupla ótica, de um lado a submissão ao controle estatal, de outro a possibilidade de aquisição de maneiras de produzir um “discurso próprio”. No fim da época moderna, a funcionarização serviu à preservação de certa independência dos professores diante das influências locais. Quando o Estado intensifica o controle sobre os professores, através de sistemas de inspeção por exemplo, os docentes reivindicam maior autonomia frente à administração pública.

Outro fator de desenvolvimento da profissão docente foi a institucionalização de procedimentos de formação, que para Nóvoa permitiu a “melhoria da posição social de seus membros”. A formação institucionalizada oferece a possibilidade de formalização de um corpo de saberes específicos e de um sistema de valores próprios da profissão.

No Brasil, um exemplo de pesquisa sobre o tema é a tese de Heloísa Villela sobre as escolas normais no século XIX no Rio de Janeiro. Inspirada na perspectiva de Nóvoa, a pesquisadora estuda a substituição



do “velho mestre-escola” pelo “novo” professor ao longo do século XIX, através da criação progressiva de escolas normais, da seleção de professores por concurso e de mecanismos de inspeção. A progressiva estatização da profissão docente, ao mesmo tempo em que impôs uma submissão ideológica, engendrou a possibilidade de elaboração de discurso próprio da categoria. Esse último aspecto foi observado por Villela através do estudo de indícios de formas de organização dos professores por volta de 1870 em algumas províncias do Império. A autora evidenciou discussões travadas nas páginas de dois jornais “A Instrução Pública” e “A Verdadeira Instrução Pública”, o segundo de caráter oposicionista. Villela observa a paulatina tomada de consciência dos professores de seus interesses enquanto grupo profissional e a criação de associações profissionais.

A institucionalização e a especialização da formação de professores constituem uma etapa importante para a formação de um conjunto de normas, saberes e valores próprios da atividade docente sem, no entanto, se descartarem os “choques e conflitos, pelo fato de que diferentes tendências éticas, ideológicas e políticas se manifestam no seio dessas organizações”. (Villela, 2000, p.127)

Lüdke e Mediano, ao estudarem a Socialização Profissional de Professores entre 1992 e 1996, afirmaram a necessidade de se investigar o processo de constituição do professor focalizando duas dimensões básicas: a formação inicial ou pré-serviço e o componente exercício ou experiência profissional. Relembramos algumas questões iniciais dessa pesquisa, tais como: como “se faz” cada professor entre a formação inicial e a prática; o que realmente conta da formação inicial, o que é afirmado e o que é superado; que fatores contribuem positivamente para o contínuo fazer-se professor e que fatores interferem negativamente. A partir destas provocações, a investigação foi se desenvolvendo e reuniu uma instigante bibliografia amplamente utilizada neste estudo. Junto aos dados empíricos da pesquisa, serão feitos apontamentos mais detalhados dessa literatura. Por hora, procuramos elencar os autores utilizados e suas problemáticas principais.

É central o artigo de Atkinson e Delamont que demonstraram, em 1985, o desinteresse dos sociólogos pelo estudo dos processos de socialização profissional de professores na Inglaterra. Em outros tempos, percorrendo os trabalhos da perspectiva funcionalista estrutural e os do interacionismo simbólico, os autores constataam que o tema da socialização profissional é destaque. O funcionalismo se dedicou a pensar o processo pelo qual competências e valores eram internalizados pelos iniciantes na profissão, tendendo a descrever a relação entre a formação profissional e a prática como processos harmônicos. Já os interacionistas, a partir de estudos empíricos, descreveram esta socialização de maneira muito mais problemática, colocando em questão o pressuposto de existência de comunidades profissionais integradas e reguladas. O interacionismo analisou a hierarquização e a discriminação internas ao grupo profissional focalizado, sem, no entanto, se debruçar sobre o caso dos professores. Atkinson e Delamont apresentam as críticas formuladas pela “nova sociologia da educação”, que apontam para as insuficiências dos estudos interacionistas, no que diz respeito às questões da organização e da reprodução do conhecimento profissional, necessariamente articuladas às relações de poder e à questão cultural. Para os autores, o tema continua numa espécie de limbo, esperando por uma formulação teórica satisfatória. (Atkinson e Delamont, 1985).

A pesquisa de Lüdke e Mediano ofereceu considerável contribuição para o tratamento da socialização profissional na realidade brasileira. Depois do estudo sobre o “choque de realidade”, o embate entre a formação recebida e a prática do primeiro emprego, as pesquisadoras analisaram o complexo processo de construção da identidade profissional dos professores, focalizando a influência do “clima” institucional no crescimento profissional dos professores.

A dissertação de Maria Nivalda Freitas sobre a socialização do professor iniciante seguiu por esse caminho. Freitas, instrumentalizada pelo conceito de capital cultural de Bourdieu, diz que depois do “choque de realidade” sofrido pelo professor, ele desenvolve estratégias para superar o embate inicial, investindo sobremaneira no seu desenvolvimento profissional. Segundo Bourdieu, ao definir-se uma

carreira profissional, fundamentalmente é necessário visualizar que posição ela ocupa dentro do sistema de carreiras possíveis. O professor iniciante se enquadraria no que Bourdieu define como “novato”, isto é, um aspirante à escalada “profissional”, que aciona todos os mecanismos necessários para acumular “capital científico”, “fazer seu nome” para exprimir seu valor diferencial, distintivo dessa espécie particular de capital social. Freitas endossa a análise de Lüdke e Mediano sobre o complexo processo de socialização profissional do professor que “a partir de sua formação inicial e do exercício profissional vai internalizando, numa relação dialética entre sua história pessoal e as exigências da ocupação, os conhecimentos, modelos de aprendizagem e ação que contribuirão para a construção de sua identidade profissional” (Freitas, 2000, p.11)

Outra referência importante é o livro de Dan C. Lortie, *Schoolteacher. A Sociological Study*, de 1975. Para Lortie, o impacto da socialização inicial faz toda a diferença, sendo essencial a atenção aos processos formais e informais de socialização profissional. As condições de entrada na profissão são dados importantíssimos na socialização profissional. Onde a socialização inicial é vigorosa, as predisposições do novato se tornam menos importantes ao longo do tempo, ou seja, a personalidade e os valores do iniciante tendem a se fundir com as normas e valores próprios da profissão. Ao lançar seu olhar sobre a profissão de professor, Lortie detalha diversos limites da socialização profissional de professores.

Um dos limites apontados por Lortie é o processo de formação dos professores. Em profissões estabelecidas, a organização da entrada do novato é longa e diversificada, incluindo além dos tradicionais estudos nas salas de aula, a preparação prática em espaços variados. Lortie sinaliza a insuficiência da preparação formal do professor, que tem uma rotina pouco variada de estratégias de formação, muitas vezes resumindo-se apenas a leituras, discussões de textos e um curto e precário tempo de estágio. Além disso, é comum que os professores discordem do que é ensinado nos cursos de formação, desaprovem cursos excessivamente práticos e critiquem cursos teóricos, não por sua

complexidade, mas pela distância entre eles e as realidades das salas de aula.

Outro entrave seria a forma abrupta com que as responsabilidades são assumidas na profissão docente: freqüentemente um jovem é aluno em dezembro e professor em fevereiro, quando não exerce as duas funções ao mesmo tempo. Seria mais sensato que o novato começasse a assumir responsabilidades mais simples para depois passar para as mais complexas, no entanto, não é exatamente essa situação que verificamos para o caso dos professores. Espera-se que os iniciantes tenham atitudes semelhantes às de um veterano com 20 anos de profissão, mas eles terão dificuldades de ter percepções aceleradas e decisões pensadas.

Lortie busca aproximar-se, a partir das falas dos professores, de informações sobre processos informais de socialização que não são imediatamente identificáveis. O autor levanta a questão da própria escolarização a que somos submetidos estimando que, ao passarmos aproximadamente 13.000 horas em contato de direto com professores, aprendemos a estar no papel do professor e antecipar prováveis atitudes como professor. Há um limite nessa observação. Lortie diz que nesse processo, os estudantes aprendem sobre o ensino de maneira intuitiva e imitativa, mais baseados em personalidades individuais do que em princípios pedagógicos, o que acaba por reforçar uma concepção de ensino tradicional, direcionado a partir de tendências biográficas, mais do que pela tomada de “decisões pedagógicas”.

O professor, em processo de socialização profissional, experimenta individualmente as situações do ensino, procurando formalizar uma síntese pessoal de suas experiências pessoais, de formação e suportes teóricos e técnicos. As observações de Lortie apontam para uma situação de *auto-socialização* dos professores em que as predisposições pessoais não são apenas relevantes, mas dão suporte à transformação do indivíduo em professor. O autor acrescenta que o processo de socialização do professor se realiza a partir da reflexão sobre suas experiências passadas, configurando-se em uma *retro-socialização*.